

JULIO MESQUITA  
(1891 - 1927)JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO GROS  
(1927 - 1969)

## *Econ. Gazeta*

### O que impede este acordo é mesmo o medo da recessão?

Os desdobramentos da moratória técnica declarada pelo governo Sarney sucedem-se num ritmo alucinante, confirmando as opiniões de que ao entrar por esse tortuoso caminho o País seria forçado a participar de um jogo extremamente perigoso. Um jogo em que os parceiros começam a assumir posições ofensivas duras na esperança de acumular um mínimo de poder de barganha para as negociações. Exemplo típico desse clima tenso foi proporcionado pela resposta do comitê de bancos credores aos pedidos de prorrogação das linhas de curto prazo para além do prazo fatal de 31 de março e de renovação das amortizações do principal de 1986 e 1987, feitos pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros: segundo "decisão unânime" do comitê de 14 bancos credores, presidido pelo banqueiro William Rhodes, do Citicorp, o atendimento dessas solicitações brasileiras está condicionado ao pagamento de parte dos juros vencidos após a decretação da moratória.

Muito insatisfeito com a falta de propostas concretas por parte do representante do governo brasileiro, Rhodes disse a Gros — de acordo com o correspondente da *Gazeta Mercantil* em Washington — que a suspensão do pagamento dos juros, no dia 20 de fevereiro, e as providências tomadas em seguida, sem consulta aos bancos credores, para preservar as linhas de curto prazo, "haviam destruído a confiança da comunidade financeira internacional no governo brasileiro".

Apesar desse considerável enrijecimento da posição do comitê de bancos credores, que reflete a indignação dos dirigentes de mais de 700 instituições financeiras, o governo brasileiro reagiu imediatamente com suas costumeiras precipitações e falta de apreço pelos fatos, considerando a condição dos banqueiros "inaceitável", já que a moratória foi declarada por absoluta falta de recursos.

Na verdade, tanto o Palácio do Planalto quanto o Ministério da Fazenda estão procurando subestimar as duras palavras do principal representante dos bancos credores. Elas não passariam, de acordo com a versão de uma fonte ligada ao ministro Dílson Funaro, de "mera tática de negociação", pois os bancos não têm o menor interesse em prejudicar o comércio exterior brasileiro com o corte das linhas de curto prazo. E até o multipresidente Ulysses Guimarães, conforme relata o mesmo jornal, não escondeu sua preocupação com a disposição dos credores "de deixar o País passar a pão e água".

A nosso ver, todas essas reações mostram apenas mais uma tentativa de encobrir a verdade, porque todo o Brasil sabe que os banqueiros internacionais não foram os primeiros nem os únicos a manifestar falta de confiança no atual governo brasileiro. Até mesmo no seletivo grupo de empresários que esteve reunido com o presidente Sarney, no último fim de semana, em Itatiba, era possível encontrar visíveis sinais de desalento provocado pela ineficiência do governo, classificado de omissos.

Portanto, a opinião dos credores é exatamente igual à da grande maioria dos brasileiros, que não conseguem programar suas atividades em virtude da falta de definições claras e de uma política econômica coerente. Em vez de apresentar essa política e de transmitir aos banqueiros propostas concretas sobre os planos do governo para restabelecer o pagamento dos juros, o presidente do Banco Central dá-se ao trabalho de ir até aos Estados Unidos apenas para dizer aos credores que enviará um telex pedindo a prorrogação das linhas de curto prazo, isto é, viaja para não dizer nada.

Mas o mais grave em tudo isso é que o sr. Gros poderia ter dito quase tudo que é preciso dizer para que o País saia deste impasse, se o governo desta "Nova" República autorizasse a informar aos nossos credores qual é a política que está realmente sendo aplicada aqui, apesar de todo o discurso "anti-recessivo" que tenta impingir à opinião pública brasileira. Na verdade, a economia brasileira já está sentindo o impacto de uma política monetária apertada, de uma política fiscal mais apertada ainda e de uma forte retração no consumo, que decorre da queda acentuada dos salários reais que, apesar do "gatilho", não conseguem acompanhar a velocidade da inflação.

Mas o ministro Funaro é orgulhoso demais para reconhecer perante os desinformados brasileiros que a política econômica que ele já está praticando é quase exatamente a mesma recomendada pelo FMI. Prefere, com o apoio do presidente Sarney, continuar negando a aproximação da "sua estratégia" com o receituário "ortodoxo" do Fundo, mesmo que isso implique em fazer o País inteiro correr tremendos e desnecessários riscos na comunidade financeira internacional. Porque, como disse um dos banqueiros credores do Brasil depois de recente visita ao País, para que a política econômica que está sendo atualmente praticada receba a aprovação do FMI "falta somente uma maxidesvalorização do cruzado para incentivar a recuperação das exportações e do superávit comercial", além, é claro, da disposição do sr. Funaro de dobrar o seu orgulho.

Essa situação torna-se ainda mais inadmissível quando se sabe — como sabe o governo — quanto podem custar para o Brasil os problemas pessoais do sr. Funaro. É a própria *Gazeta Mercantil* quem, apesar de todas as simpatias que não esconde para com o ministro, adverte para os riscos envolvidos na desastrada moratória do sr. Funaro: o principal é a pressão sobre as contas externas do Brasil, que poderão não fechar este ano, mesmo com a economia de recursos proporcionada pelo não pagamento dos juros. Em outras palavras, os cálculos que o sr. Funaro certamente fez não estão totalmente certos, e o País precisará receber financiamentos externos de entidades internacionais, como o Banco Mundial, para equilibrar o seu balanço de pagamentos e conseguir recursos para continuar financiando suas importações e exportações. Mas as negociações que estão sendo feitas nesse sentido têm caminhado com enorme lentidão, além, naturalmente, de estarem sendo influenciadas negativamente pelas atitudes de desafio adotadas pelo Brasil...

Assim, torna-se cada vez mais claro que a principal razão do impasse em que estamos mergulhados é dos riscos que estamos correndo à esperança do sr. Dílson Funaro de preservar o seu orgulho pessoal e de não ver contestadas na prática as suas declarações demagógicas contra a ida do Brasil ao FMI, ainda que a política que ele está atualmente praticando seja em tudo igual à do organismo internacional e tão "recessiva" quanto ela, e ainda — o que é pior — que isto signifique ele próprio concorda que não existem alternativas para políticas desse tipo diante do caos em que ele mesmo transformou a economia brasileira.

Até quando a Nação terá de suportar tamanha falta de seriedade?